



RAM. Revista de Administração

Mackenzie

ISSN: 1518-6776

revista.adm@mackenzie.com.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Brasil

FERREIRA SANTOS VIEGAS, GLAUCE CRISTINE; SILVA SARAIVA, LUIZ ALEX
DISCURSOS, PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E PICAÇÃO EM BELO HORIZONTE

RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 16, núm. 5, septiembre-octubre, 2015,

pp. 68-94

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195442633004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Por uma cidade, por outra cidade, por múltiplas cidades: discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte

Autoria: Glauce Cristine Ferreira Santos Viegas

Resumo

Busco nesse estudo analisar os discursos que orientam práticas organizativas conexas à pichação em Belo Horizonte. Os estudos que versam sobre a *urbes* em uma perspectiva simbólica focalizam a complexidade urbana, a vida social organizada, além de indivíduos e grupos suprimidos nos diversos âmbitos sociais. As discussões engendradas por meio de abordagem qualitativa referenciam temáticas antagônicas, das quais muito se pode refletir e pouco concluir. Pelo que fora apreendido, diferentes configurações organizacionais e interações sociourbanas se emolduram entre indivíduos e grupos que vivenciam a *urbes* e remontam práticas organizativas que se orientam por mecanismos governamentais, mas vão além disso.

Considerações Iniciais

A cidade como objeto de estudo na Administração pode se concentrar por ângulos funcionalistas, ao ser entendida como campo de atuação profissional ou objeto da administração pública e gestão urbana. O sentido exposto por essa área do saber, comumente, expressa uma reificação do espaço urbano e se constitui como tendência para nortear o *mainstream* dos estudos organizacionais sobre a gestão de cidades. Todavia, o encontro de estudos que versem sobre a *urbe*s em uma perspectiva simbólica tem se tornado cada vez mais recorrente, principalmente, a partir de um viés que focaliza a complexidade urbana, evoca a vida social organizada e vocaciona indivíduos e grupos suprimidos nos diversos âmbitos sociais.

Mas, afinal, o que é a cidade? Talvez, haja uma ideia clara acerca das cidades ou possa parecer que qualquer habitante saiba o que ela é, posto que a vivencia e, mutuamente, constrói o seu cotidiano (CARLOS, 2008). A cidade é mais um mosaico que uma forma unânime entendida por uma esfera de conhecimento ou um grupo de pessoas (MAGNANI, 1996). Por isso, propicia uma instabilidade crônica, pela qual são preconizados constantes tentativas de equilíbrio, reajustamentos e relativo controle (MAC-ALLISTER, 2001), os quais implicam interações competitivas entre atores das distintas esferas de poder (SÁNCHEZ, 2001).

Se existe um limite para a intervenção no que de fato pode ser a *urbe*, talvez, seja possível afirmar que ele foi desafiado pela dissidência das manifestações populares de junho de 2013 em todo Brasil. Nesse momento, as questões urbanas conexas ao pensamento político insurgiram dos imaginários que os inúmeros cidadãos compartilham em suas interações e ocupações citadinas, como em uma intervenção coletiva ou um apelo para desvios de trajetos. Se a cidade for entendida justamente como lugar de produção de desvios de direção e de novas manifestações, talvez, se possa falar mais em possíveis intercessões sociais. Na órbita de antigas e novas práticas e integrações tensionadas na questão urbana, eixos políticos e sociais vivificam a cidade, provocando retornos reflexivos ao passado sem, contudo, perder de vista o futuro.

Em Belo Horizonte o contexto não é diferente e evidencia dilemas que abrangem diferentes dimensões de análise organizacional na gestão pública municipal, como indicarei por meio da análise do programa Movimento Respeito por BH e do Projeto de Combate à Pichação, que corroboram discussões outrora não confrontadas pelos estudos organizacionais, como as questões dimanantes da prática da pichação na cidade. A busca pelo combate a essa forma de manifestação urbana tem sido abordada por ações que se integram estrategicamente e não só sustentam, mas orientam dimensões: 1) estéticas – que visam restauração e recuperação do bem público, respeito e preservação do espaço urbano, notadas nas ações de Despiche; 2) cooperativas – por meio de interfaces para educação infantil, conscientização social e redirecionamento dos jovens infratores a partir dos canais encontrados na arte urbana ou cultura de rua, como o grafite, comungadas pela ação de Sensibilização; e 3) legais – a partir da legislação anti-pichação com foco na segurança pública, reparação do dano, coibição e punição dos infratores, observadas pela ação de Repressão (SMSEG, 2013).

Essa lógica de atuação formatada pela gestão municipal pode ser justificada pela complexidade e consentânea dificuldade de lidar com a pichação na cidade. A pichação é um fenômeno difícil de se caracterizar, principalmente, pelas ocorrências subjetivas e urbanas, bem como por suas nuances que variam global e localmente e nas cidades brasileiras são tratadas por políticas públicas de enfrentamento para erradicação. É, assim, um circuito permeado por noções das diferentes áreas de conhecimento e adornado por integrações a movimentos contra culturais, como o *Hip Hop*. No sentido exposto, a atuação sociourbana pressupõe interesses conflitantes e significados dispersos. Há uma linha tênue entre os direitos e deveres dos diversos agentes, bem como entre o significado de suas percepções em relação à

urbes e suas práticas de organização do espaço público. Busco, então, analisar os discursos que orientam práticas organizativas acerca da pichação na cidade de Belo Horizonte.

Dante desse objetivo, em face do que por ora entronizo e diante do que ainda está por se revelar, o presente estudo segue com os referenciais teóricos acerca da cidade nas concepções sobre organização e práticas organizativas. Os aspectos metodológicos para consecução do trabalho de natureza qualitativa são descritos antes da análise dos dados, que evidenciam os aspectos da cidade estratégica, na qual constam interesses públicos e leituras sociais divergentes e convergentes à visão que se pretende pela municipalidade, além de iniciativas que exploram a mobilização dos pichadores belo horizontinos. Por fim, mais próximo de apontamentos e provocações, são apresentadas algumas considerações e listada a bibliografia consultada.

Cidade e organização – o viés objetivo e subjetivo impresso na gestão urbana

As cidades são mais conjuntos múltiplos de ações coletivas, plenas de significados, construtoras de identidades e identificações do que conjuntos arquitetônicos, vias urbanas ou pessoas em movimento; as cidades, assim percebidas, também são constituídas de muitas unidades organizativas (FISCHER, 1997a). A cidade que me interessa refletir é emergentemente explorada nos estudos organizacionais. A busca de trabalhos sobre a *urbes* nessa vertente, levou-me a um conceito que evidencia o campo social, em detrimento de outros níveis pelos quais a cidade também possa ser analisada. A noção de organização-cidade (FISCHER, 1997a; FISCHER *et al.*, 1997b; MAC-ALLISTER, 2001; MAC-ALLISTER, 2004; SARAIVA, 2009; SARAIVA; CARRIERI, 2012; COIMBRA; SARAIVA, 2013) indica sua complexidade funcional e dinamismo simbólico, ao pontuar as interações subjetivas no espaço urbano e considerar uma identidade cultural.

Essa noção pressupõe para a *urbes* uma condição de permanente instabilidade, cujo equilíbrio é adornado por constantes reajustamentos e relativo controle (MAC-ALLISTER, 2001). Ainda que no âmbito da cidade haja uma identidade conexa aos variados signos e símbolos passíveis de serem gestados, a cidade é, sobretudo, subjetividade e, portanto, pluralidade. A cidade é mais um mosaico composto por fragmentos, é mais plural que singular, difícil de se totalizar (MAGNANI, 1996; CANCLINI, 2000; PESAVENTO, 2007). Segundo Fischer *et al.* (1997b), há um risco em definir conceitos genéricos, absolutos, presos a regras e padrões, e afastar conceitos mais específicos, dinâmicos ou relativos, abertos a diferenciações.

A tentativa de compreensão da cidade enquanto organização evidenciou, além das questões sociais e a totalização de um objeto inherentemente fragmentado, uma lógica instrumental que se apresenta a partir dos processos de gestão da cidade. Se a cidade é uma organização, tem-se uma perspectiva de gestão, que, assim, prevê controle e ordenamento, geralmente, instrumentalizados por modelos de planejamento e gestão urbana, orientados por diretrizes políticas de uma administração pública que outrora se fez patrimonialista e burocrática e por ora se faz gerencialista nas principais capitais do Brasil (PAES DE PAULA, 2005). O aparato de uma administração pública essencialmente gerencial manifesta a configuração de novos formatos organizacionais, observados pelas parcerias público-privadas; alianças institucionais intra e intergovernamentais e, ainda, articulações trisetoriais, que, segundo Paes de Paula (2005), nem sempre correspondem aos anseios e demandas sociais.

A cidade referência para a gestão pública instrumental é orientada por políticas e ações estratégicas de um gerencialismo privado, cujas “integrações” e “inovações” pouco alcançam a diversidade de indivíduos e coletivos. Um novo modelo já emprega tais critérios e tenta imprimir a perspectiva da governança pública, cuja capacidade de governo se baseia na cooperação entre os diferentes atores sociais, configurados em redes organizacionais,

(KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Da forma como se estabelece na administração pública gerencialista, esse modelo de gestão preconiza sinergia e multiplicidade na personalização de gestores empreendedores e, como denota Fischer (1997a), esse grupo têm como função a criação de um *ethos* organizacional para a cidade.

Para a autora, a cidade assim governada, logo se converte em cidade estratégica, estabelecendo organizações que mais servem aos planos e às estratégias locais e globais que aos cidadãos. Nos estudos desenvolvidos sob o prisma organizacional, como se vê em Fischer (1997a) e Fischer *et al.* (1997b), o cenário da cidade estratégica é remodelado por diretrizes que unem ação social, viabilidade financeira, cooperação e publicidade; além de valores estéticos e funcionais que imperam e agem sobre o espaço natural e construído, exigindo um núcleo de competências em múltiplos saberes técnicos e humanos, criando novos designs, espaços competitivos e oportunidades de investimentos, sustentados por estruturas interativas, sistemas de alto desempenho e discursos de valorização da participação popular. Seguindo essa compreensão, dois eixos desenvolvidos sob a lógica capitalista se ampliam por meio das acepções de cidade global/mundial e cidade-mercadoria, determinantes de imagens-síntese e grandes projetos de revitalização urbana (SÁNCHEZ, 2001), apoiados em linhas temáticas ou “pontos fortes” da cidade, como os setores de turismo, história e cultura, por exemplo.

Segundo Lefebvre (2008), a estratégia global sobre a cidade é mais uma reorganização das relações de produção e dos centros de decisão do que a simples venda de espaços. Nesse sentido, as próprias cidades são vislumbradas como produto, resultado do mercado de produção global do espaço. Para Sánchez (2001), a dinâmica de reprodução do capitalismo usa dessa estratégia global e dá margem para a construção da cidade-mercadoria, criando imagens específicas e padronizadas para comercialização das cidades. Nesse prisma, as cidades tendem à homogeneização das formas de pensar e agir segundo aspectos provenientes de outros lugares do mundo, sejam eles próximos ou distantes (SANTOS, 2001).

De acordo com Maricato (2000), as cidades estratégicas correspondem a uma forma ou pensamento único que não necessariamente decorrem da hegemonia global. Para a autora, a perspectiva cultural incide sobre a configuração urbana e emolduram a cidade-empresa-cultural designada pelo planejamento estratégico urbano em ações combinadas pelas agências de cooperação, instituições multilaterais e consultores internacionais, além dos representantes da gestão urbana local, cuja focalização citadina se desenrola sobre ações de marketing e visões culturais da cidade como espetáculo. O projeto de cidade se articula, assim, por três pareceres: i) cidade-mercadoria, também exposto por Sánchez (2001); ii) cidade-empresa, que se resume à uma unidade de gestão e negócios; e iii) cidade-pátria, representada pelo poder municipal como uma marca para identificação, fidelização e civismo (MARICATO, 2000).

Esse modo de pensar a *urbes* propulsiona a realidade como consenso, sobre o qual o maior deles é expresso pela questão histórica relacionada às diferenças entre as classes sociais, agora reunidas sobre as objetividades do planejamento urbano gerencial (MARICATO, 2000). O resultado presente, todavia, não se faz diferente do passado, em que pese o crescimento exponencial da “cidade ilegal”, segundo Maricato (2000), ou da informalidade como discutido por Carrieri, Maranhão e Murta (2009), em que se expandem contornos espaciais de segregação, pobreza, desigualdade e violência. Destarte, discorrer sobre a cidade enquanto objeto dos estudos organizacionais pressupõe pensá-la sob conteúdo e forma interdisciplinares, levando em conta seus resultados e processos objetivos tanto quanto o cotidiano e a experiência de construção subjetiva. Muito mais que uma sujeição às imposições globais, a complexidade local requer uma atenção aos aspectos singulares e plurais em cooperação entre as várias áreas do saber. Novas teorias organizacionais, desse modo, pressupõem novas teorizações sociais.

No bojo dessa interpretação que compõe o referencial sobre a cidade enquanto organização apreendi que o tema pode ir além de uma análise geográfica, transpondo as visões de gestão urbana e despontando sobre o imaginário e a prática de indivíduos e grupos que experienciam o cotidiano urbano. A compreensão de cidades e práticas organizativas torna possível a constatação do pensar e agir sobre a *urbe*s do ponto de vista dos diferentes agentes sociais, no uso de inúmeros recursos. Nos estudos organizacionais a noção de práticas organizativas tenta superar dicotomias e fronteiras mais rígidas entre organização e ambiente e, segundo Tureta e Araújo (2013), remete à constante reconstituição ao longo do tempo.

No estudo ora proposto, a noção de práticas organizativas¹ se integra à orientação da cidade, seguindo arcabouço teórico interdisciplinar e estudos clássicos revisitados por diversos autores em discussões contemporâneas. Se refere, ainda, à constante interação de indivíduos e grupos na *práxis* urbana tendo em vista as construções sociais, históricas, econômicas, culturais e políticas. Inserindo-se na abordagem dos estudos organizacionais abrange uma busca por entendimento dos modos como as práticas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação se configuram no âmbito da cidade, segundo o emprego de inúmeros mecanismos, recursos, modelos e instrumentos, além da integração dos diversos agentes, elementos e dimensões que tento, então, sintetizar.

As discussões propostas pela prática organizativa planejar refletem o direcionamento escolhido para o futuro da cidade, ao mesmo tempo em que se vinculam de forma significativa, e por vezes problemática, aos cenários e tendências globais (SÁNCHEZ, 2001). Os mecanismos de ação para operação dessa prática na cidade contemplam algumas ferramentas de gestão e diretrizes governamentais, tais como o planejamento estratégico; as políticas públicas setoriais (habitação, saúde, comércio, serviços urbanos, etc.); instituições normativas (Estatuto da Cidade); participação popular (conselhos e fóruns temáticos); entre outros. A implementação desses instrumentos pode considerar, ainda, instâncias simbólicas, como a história da cidade; promover incentivos ou barreiras de uso do espaço urbano; e reforçar a legitimação de um significado. O poder público nos diferentes âmbitos e esferas é o principal ator da prática planejar. Todavia, todos os demais agentes sociourbanos planejam a cidade, consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço e na dinâmica urbana.

A prática organizar concerne às atividades de ordenamento, conformação ou estruturação da cidade, segundo determinadas lógicas de produção econômica, social, urbana, estética, etc. As discussões concernentes à organização da cidade se vinculam à complexidade socioeconômica e têm como características a inclusão, por vezes, precária, instável e marginal, e a exclusão de cidadãos, assim como a segregação por meio da requalificação do espaço urbano (RAICHELIS, 2006). Um dos principais mecanismos de ação para aplicação da prática de organizar a cidade se refere às diretrizes e políticas urbanas, expressas no conteúdo dos planos de ação governamental. Todos os atores organizam a cidade, geralmente, de acordo com certos objetivos e interesses afins, conforme necessidades e, sobretudo, segundo as relações de poder.

A inserção da prática organizativa controlar na cidade pressupõe o regulamento do espaço urbano por meio de mecanismos que visam estabelecer a ordem e disciplinar os indivíduos a agirem de acordo com certos padrões e princípios (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009). O poder público é o ator responsável pelo controle. Contudo, estando esse ator presente ou não, outros mecanismos são criados pelos demais agentes. As discussões sobre essa prática estão em torno dos debates sobre as relações de poder; a divisão da sociedade em classes; os conflitos entre grupos dominantes e grupos dominados; movimentos sociais; aspectos ilegais, informais e ilícitos; cumplicidade, corrupção e criminalidade; caos e

ordem, entre outros. Alguns exemplos dessas temáticas refletem as questões do tráfico nas favelas e a integração das mesmas à cidade pelas medidas que instalam Unidades de Política Pacificadoras nessas comunidades, assim como a instauração da especulação imobiliária, e o manejo urbano.

Acerca da prática organizativa representar, sua inserção na cidade sugere atividades de produção de símbolos diversos e, a partir dos quais, a possibilidade de instituição de diferentes significados para o mesmo objeto. Cada ator sociourbano tem uma representação da cidade, porém a mídia exerce forte influência de representação por meio dos veículos de massa, que tendem a legitimar, reforçar ou arrefecer uma imagem criada por si ou pelos outros atores. As bases e os mecanismos de representação, segundo Canclini (2002), contemplam os sistemas de linguagem e comunicação (visual, escrita, oral); as diferentes formas de arte, história, memória e imaginário cultural, social e urbano; monumentos públicos e patrimônios tombados; entre outros elementos materiais e imateriais, cujo cerne preconiza, sobretudo, a dimensão espaço-temporal (local, regional, global; passado, presente e futuro) (BARREIRA, 2003).

A configuração da prática organizativa resistir no âmbito da cidade reflete atividades de negação de outras práticas organizativas; oposição ao determinismo empregado pelas instituições; e defesa de outras lógicas, impressas por crenças e valores divergentes ao que é socialmente aceito. Existem diferentes formas, níveis e dimensões de resistência, cada qual emana dos inúmeros conflitos e contradições sociais (BRITTO-JACQUES, 2009). Em se tratando do espaço urbano, os atores negam a despolitização urbana, ou seja, a redução da participação e experiência das pessoas em relação à cidade; opõe à espetacularização da cidade e seu caráter meramente mercadológico, turístico, estratégico e consumista; e defendem o uso do espaço urbano de forma igualitária e plural.

Sobre a inserção da prática organizativa recuperar, as principais discussões sugerem a restauração dos aspectos materiais para readequação do espaço urbano. Interessante saber a quem interessa e porque se torna importante a operacionalização dessa prática. A preservação de memórias, a prevenção de desgastes, o combate à agressão visual, a melhoria da estética e qualidade de vida, a solução de problemas urbanos, a valorização de áreas específicas, a atração de investimentos, assim como a criação de identidades urbanas são discursos decorrentes da recuperação citadina. Alguns mecanismos de recuperação se constituem por processos de revitalização histórica, pelos quais se pressupõe conteúdos que podem ser aproveitados para o direcionamento que se pretende para a cidade (JAYME; NEVES, 2010); reestruturação urbana, que sugere novos usos e significados para espaços e lugares da cidade (SÁNCHEZ, 2001); e gentrificação, sobre a qual são formuladas estratégias para requalificação do espaço por meio de ações que provocam mais segregação e exclusão social (WACQUANT, 2010).

Por fim, a prática organizativa ressignificar confere novos significados a partir da reação de agentes sociurbanos aos movimentos e tendências globais, seja em conflito ou cooperação. Interessante saber o motivo ou a razão pela qual os significados mudam, seja pela transformação da sociedade, dos discursos compartilhados, mudança de interesses ou rompimento de instituições, ou, ainda, pela materialização do espaço físico e simbólico (BARREIRA, 2003). Assim como na prática de representação, a ressignificação do espaço urbano pelos diferentes agentes pode envolver o emprego de imagens-síntese, assim como a operacionalização das demais práticas de planejamento, organização, controle, resistência e recuperação do/no espaço, as quais pressupõem novas formas de pensar e agir sobre a cidade.

No contexto das metrópoles contemporâneas e das práticas organizativas, em meio à interação instrumental e simbólica, cidades e cidadãos são percebidos, imaginados e comunicados, podendo ser autores da história ou simplesmente reprodução de um consenso compartilhado pela maioria (CANCLINI, 2002; DUARTE, 2006). O espaço urbano das

cidades, seus elementos, dinâmica e apropriações, compõem uma das dimensões de manifestação ou expressão de diversos grupos sociais, meios empresariais, agentes governamentais, atores de interesse público e midiático, além de minorias culturais. Isso se dá na medida em que ele abriga, registra e é fonte de representação, de identidade e de relacionamento entre os atores e a cidade, e vice-versa (IVO, 2007, p. 107).

Saraiva e Carrieri (2012, p. 547) denotam que “a cidade é inescapavelmente, seu povo”. É, assim, entendida como um espaço significado, construído com a participação humana e desenvolvido continuamente. “A cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 552). Entendo que no âmbito da cidade há a ação de diferentes agentes, para o bem e para o mal, e que medidas de controle e ordenamento são importantes, assim como atividades autônomas e emancipatórias. Ante à paradoxal organização urbana, é cada vez mais difícil a integração e compreensão dos diversos modos de percepção e *práxis*. Frente aos recursos, importa saber que a cidade é gente, independentemente de sua forma, posição geográfica ou função (BERNARDI, 2006). A cidade é imagem e discurso revelados no espaço, interpretados no plano individual e coletivo a partir da expressão de sentimentos, pertencimentos, utopias e esperanças (PESAVENTO, 2007).

Aspectos Metodológicos

No presente estudo, norteado pela abordagem de pesquisa qualitativa, busquei analisar os discursos que orientam práticas organizativas acerca da pichação na cidade de Belo Horizonte. Pesquisas de natureza qualitativa permitem compreensões acerca do fenômeno no seu contexto de ocorrência (GODOY, 1995), além do aprofundamento de aspectos subjetivos (GONZÁLES-REY, 2005) e o arranjo de múltiplas técnicas de levantamento de dados (LINSTEAD; GRAFTON-SMALL, 1990). Tal como esses autores, entendo que essa abordagem é uma *bricolage* que possibilita a conjunção de representações específicas em um contexto complexo e preconiza a construção da realidade segundo reflexões e moldes variados e dinâmicos.

O contexto evidenciado, assim, partiu de investigação sobre o Projeto de Combate à Pichação – PCP, implementado pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, pelo qual cheguei à constatação de um circuito mais amplo, engendrado pela percepção da sociedade civil, seja em combate ou em defesa da pichação. Diminutante desse alcance e com base na técnica do estudo de caso, caracterizada por uma investigação mais profunda de fenômenos contemporâneos (YIN, 2005), inicialmente, foram levantados documentos oficiais que versam sobre as ações governamentais no combate à pichação. Os dados contemplaram relatórios sobre o Planejamento Estratégico BH 2030, e seus desdobramentos, assim como publicações acerca do Movimento Respeito por BH – MRpBH, no qual se vincula o PCP.

Em seguida, a fim de conhecer a realidade sociourbana percebida pelos diferentes agentes, foram realizadas entrevistas individuais com nove pessoas, entre gestores públicos municipais responsáveis pelo combate à pichação; indivíduos da sociedade civil participantes das ações do projeto municipal; e representantes da pichação belo horizontina. O tratamento dos dados foi conferido por meio da técnica de análise do discurso francesa ou estruturalista, pela qual busquei a identificação e análise de aspectos e elementos discursivos segundo roteiro constituído por: i) seleções lexicais; ii) temas, figuras e personagens (explícitos ou implícitos); iii) percursos semânticos; iv) interdiscursividades; v) sintaxes discursivas; vi) discursos principais; vii) contextos de produção dos discursos; viii) aspectos ideológicos

combatidos e defendidos; ix) posicionamentos discursivos em relação aos discursos hegemônicos na sociedade.

Mais que uma análise linguística ou sociológica a análise do discurso estruturalista articula enunciados a partir de certos lugares sociais (MAINGUENEAU; BARBOSA; LIMA, 2006) e permite a compreensão de sentidos produzidos em decorrência das diversas interações sociais (SPINK; MEDRADO, 1999). Os fragmentos discursivos destacados para apresentação dos resultados de pesquisa compreendem categorias que se referem aos pressupostos das práticas organizativas norteadoras da pichação na cidade. Para fins de compreensão da análise dos dados, termos e frases destacados em negrito se referem aos aspectos e elementos que serão analisados, para os quais uso o destaque em itálico quando da sua retomada analítica.

BH 2030 – a cidade tomada pela gestão estratégica

As origens e extensões do combate à pichação em Belo Horizonte, segundo documentos e relatos, evidenciam diferentes ângulos de organização da cidade e permite a análise de diferentes práticas organizativas. O enfrentamento decorre da década de 1990; inicia pelas vias político-partidárias; se fundamenta na legislação e na busca por compreensão e diálogo; e avança para o aspecto estético e cívico se sustentando pelo controle e ordenamento do espaço urbano através de um conjunto de leis anti-pichação. Atualmente, as políticas de combate à pichação seguem as marcas da profissionalização da administração pública, conforme os pressupostos do Planejamento Estratégico BH 2030 e do modelo de gestão estratégica denominado BH Metas e Resultados, que se divide em 12 áreas de resultados, dentre as quais, na área Cidade Sustentável, origina-se o programa Movimento Respeito por BH e desse a formatação do Projeto de Combate à Pichação, implementado na cidade desde 2009.

Pelo desdobramento do plano se reconhece a busca de integração das ações de combate à pichação a outros recursos e agentes que visam legitimar a organização da cidade segundo ordenamentos e critérios instrumentais, tais como a gestão por resultados; mobilização de parcerias e trabalho em rede; e definição de responsabilidade gerencial. Da sua leitura técnica, em termos urbanísticos, pouco se abstrai a ideologia que será seguida pelos gestores municipais, tanto quanto é possível perceber na descrição do programa Movimento Respeito por BH.

(001) O movimento busca **organizar o espaço urbano**, de forma **colaborativa** e **democrática**, fazendo **valer** as recentes modificações incorporadas ao Código de Posturas do município entre outras legislações_e, em especial, aquelas que se referem ao **meio-ambiente**, ao **direito à paisagem** e à **Lei_Nº_10.059**, sancionada pelo Prefeito em 28 de dezembro de 2010. (SMSEG, 2013, P. 1)

O texto (001) explicita as intenções impressas no programa municipal para *organizar o espaço urbano* e não se deixa esquivar dos meios para alcançar o resultado esperado. Os léxicos *colaborativa* e *democrática*, e a referência às figuras e temáticas, tais como: *Código de Posturas*, *meio-ambiente*, *direito à paisagem* e *Lei Nº 10.059* (referente às políticas municipais anti-pichação) expressam estratégias de persuasão discursiva e destacam o *valor* conferido ao aspecto legal para controle e organização da cidade. Uma vez estabelecidas as bases de atuação, também afirma que a legislação por si só não é suficiente para garantir o ordenamento que se diz adequado à cidade, conforme relato do texto (002).

(002) A legislação, por si só, **não funciona**. Não adianta nada você ter lei anti-pichação, se você não tem o **procedimento** que traz aí **algo diferente**. (Representante PBH e Gestor MRpBH/PCP).

O fragmento (002) indica uma interdiscursividade e deixa subentendido que é preciso pensar e organizar a cidade integrando outras formas de fazer valer a legislação anti-pichação. Os léxicos *não funciona* e *procedimento* expressam o aspecto de instrumentalidade do discurso e sugerem que a cidade precisa ser funcional e seguir uma lógica processual em detrimento de outros aspectos (implícito pressuposto). O procedimento que prevê *algo diferente* compreende a inclusão de diversos atores no cenário de enfrentamento à pichação para organização formal da cidade e, conforme expresso por Fischer (1997a), denota o *ethos* organizacional criado para a cidade estratégica (implícito subentendido). Na configuração construída pelo governo da cidade é expressa a articulação entre os poderes públicos e a sociedade civil a partir de órgãos do âmbito municipal e estadual e entes privados, reconhecidos no segundo e terceiro setor.

O arranjo em rede potencializa a mobilização de outros atores para tratamento da pichação enquanto prática não quista na organização da cidade. Nesse esteio, o governo da cidade orienta representações de quem deve fazer parte das questões sociais e urbanas e quem deve ser excluído. Interessante perceber a cognição relacionada às três ações estratégicas do projeto: Despiche, Sensibilização e Repressão, que compreendem, respectivamente, ações de limpeza urbana, conscientização social acerca da criminalidade da pichação e coerção e punição dos pichadores (SMSEG, 2013).

(004) A pichação acaba sendo um trabalho assim de **insistência**, porque cada vez que você limpa e o outro picha, quer dizer, quem é mais **resistente**, não é? Em limpar ou em pichar. (Representante PBH e Gestor MRpBH/PCP)

(005) Por exemplo, para executar essas ações a gente precisa muito da Secretaria Municipal de Educação, porque essas **ações são executadas prioritariamente em escolas**. E as escolas são um dos grandes demandantes, nós temos **Guardas Municipais** em todas as escolas. E a gente tem o BI, que é o **boletim de intervenção**, que a gente registra ali as infrações. ...Nós precisamos da **BHTRANS** muitas vezes para poder fazer uma intervenção no trânsito para fazer nosso **trabalho**; o **Guernica** com a questão dos **fóruns de discussão**, de **diálogos entre pichação e grafite**; e principalmente nós temos aqui outros órgãos como a **Policia Civil**, através da **Delegacia de Meio Ambiente**... E a **Policia Militar**, que tem o **Olho Vivo**, que é uma das estratégias da **Gestão Qualificada**, de vídeo-monitoramento. (Representante PBH e Gestor PCP)

O fragmento (004), interdiscursivamente, estabelece uma relação de controle e resistência, expressando a *insistência* da PBH em limpar os lugares pichados (Despiche) e, de outro modo, a *resistência* dos pichadores em deixarem suas alcunhas pela cidade. No texto (005) há a expressão de alguns percursos semânticos, como o da educação infantil, expresso pela seleção lexical *ações são executadas prioritariamente em escolas*. Um segundo percurso se refere à mobilização de outros entes, entre os quais a *BHTRANS*, que confere ajuda para o *trabalho* de conscientização social feito por meio de intervenção urbana (Sensibilização). O terceiro caminho aponta para a figura do *Projeto Guernica* (contempla, por meio do grafite, atividades de arte urbana e cultura de rua junto aos grupos sociourbanos), destacando um percurso que explicita os *fóruns de discussão* e os *diálogos entre pichação e grafite*. Destaca-se, ainda, o percurso da vigilância e penalização no apontamento da *Policia Civil* e *Delegacia de Meio Ambiente* (Repressão).

Nesses textos, os caminhos seguidos pelo projeto da PBH sustentam o discurso social hegemônico implícito nos relatórios do planejamento estratégico, ou seja, a visão de futuro que se pretende para a cidade e seus cidadãos, com os quais se tem modos e tratamento específicos. É possível perceber a intencionalidade dos enunciadores em reforçar a pichação como uma prática que precisa de intervenção, segurança e punição nas escolas, que têm a

constante presença de *Guardas Municipais* e a coerção dos *Boletins de Intervenção*; e nos espaços públicos, pela figura da *Policia Militar*; dos mecanismos de vigilância e gestão estratégica (*Olho Vivo e Gestão Qualificada*).

Embora o projeto municipal determine três ações estratégicas (Despiche; Sensibilização; Repressão), pelas quais demonstra alguns interesses de participação popular, além de aproximação e diálogo com os jovens infratores, os depoimentos sugerem que o projeto também corresponde com uma tentativa de controle sobre o comportamento social de crianças, adolescentes, jovens e adultos em relação à cidade, além de práticas organizativas de representação, que orientam a estética da *urbes*. Os discursos produzidos expressam a valorização do cumprimento da legislação e, ao travestirem-se de civismos, talvez, mais representem o interesse instrumental pela cidade e a produção de respostas à parcela da sociedade que propulsiona o ideário contra a pichação. O governo da cidade, assim, tanto orienta as representações de combate à pichação como é pressionado para enfrentar o fenômeno sociourbano segundo os vários modos de fazer, pelos quais imperam os instrumentos de controle sobre as práticas de organização da cidade e se instituem agentes sociourbanos de legitimação estratégica, conforme os seguintes relatos.

Interesses públicos e leituras sociais

A configuração estratégica preconizada pelo programa municipal evidencia mais sobre as práticas de representação e controle a partir de suas interfaces coletivas. Através dos vínculos para o combate à pichação na cidade pude constatar uma variedade de objetivos e perspectivas para a concretização das articulações entre governo e sociedade, além de algumas especificidades produzidas pelas orientações expressas nas três ações estratégicas, sobretudo, na ação de Despiche, que emolduradas em evento de conscientização, com atividades lúdicas e cunho social, refletem o que Maricato (2002) denotou para a espetacularização da cidade. Os depoimentos destacam as percepções e os objetivos dos diferentes indivíduos ligados a uma instituição privada de ensino superior, a uma associação esportiva e a uma empresa ligada à indústria e comercialização de materiais químicos, as quais participaram das ações de despiche no Complexo da Lagoinha e no Conjunto Arquitetônico da Pampulha, lugares emblemáticos para Belo Horizonte e alvo de pichações.

(006) O que houve foi uma **sinergia** entre o programa em si, do Movimento Respeito por BH, com também uma outra apresentação, que foi do programa de gestão social que estava sendo introduzido no Centro Universitário de Belo Horizonte, o UNIBH. ...Porque quando você pensa na questão da **estrutura pública**, você trabalha de uma forma, assim, com vários **fatores**, várias **gerências**, vários **interesses**. (Professor Centro Universitário e Servidor PBH)

O fragmento discursivo (006) indica os motivos que uniram o programa de governo e o programa de gestão social do centro universitário para o combate à pichação. Além da *sinergia*, os léxicos *fatores*, *gerências* e *interesses* sugerem o percurso semântico da multiplicidade de aspectos que corroboraram a parceria. A *estrutura pública* é tema referenciado no enunciado como uma composição que demanda o trabalho colaborativo (implícito subentendido). O texto produzido reflete o discurso hegemônico ao evidenciar uma postura consensual dos organizadores do projeto ante os demais atores sociais. A participação da comunidade acadêmica na ação de despiche é descrita no texto (007).

(007) ...o Professor Rogério é uma pessoa muito **engajada** nas **questões sociais**, ele trabalha na prefeitura, obviamente ele tem que ter essa visão, é um **excelente professor**, e ele realmente trouxe uma **proposta bacana**. A **minha turma ficou muito empolgada, foi um trabalho muito prazeroso**. Não só na questão, como eu te disse anteriormente, de **revitalizar**, fazer parte desse meio, mas como o nosso

entrosamento também, **contribuiu muito pra nossa convivência** fazer parte desse trabalho. (Aluna Centro Universitário)

O processo de produção cognitiva exposto no fragmento (007) reconta a história a partir da representação do professor, que aparece como personagem intermediador entre a instituição de ensino e a prefeitura. No relato, o *engajamento em questões sociais* e o *desempenho* em sala de aula são temáticas usadas para justificar a proposta de ação social. No caso, a entrevistada tenta demonstrar os aspectos positivos da atividade, evocando uma imagem de sociabilidade entre os indivíduos da turma (*contribuiu muito pra nossa convivência*), além da questão da contribuição social e cooperação com um serviço público (*não só na questão da revitalização*), que juntas representam ícones de urbanidade. As seleções lexicais: *minha turma ficou muito empolgada* e *foi um trabalho prazeroso* também engrandecem a proposta de despiche da cidade, confirmando a aceitação da visão compartilhada pela municipalidade.

(008) Foi na realidade uma **conjunção de fatores**. Uma pessoa falou assim vamos ter o projeto de despiche. ...A assessora entrou em contato e nós achamos a ideia genial e absolutamente dentro dos nossos **objetivos sociais**. (Presidente Associação Esportiva)

O enunciado (008) também remete ao percurso da *conjunção de fatores* para a consecução de parceria entre uma associação esportiva de ciclismo e a prefeitura na organização da cidade e combate à pichação. No trecho, o enunciador expressa a congruência dos objetivos da PBH com os *objetivos sociais* do grupo, o que reforça que o discurso da ação social também faz parte da ideia do coletivo de ciclistas para intervenção urbana. O discurso (009) também torna a mensagem de cooperação evidente, ao associar a necessidade da PBH em obter parcerias para *projetos sociais*. O enunciador afirma que a demanda originou da necessidade de recursos para a limpeza das pichações na cidade. Uma divergência de objetivos poderia ser expressa na sintaxe *não agrega à nossa imagem*, uma vez que o enunciador também deixa claro que *alguns públicos não são interessantes* para a congregação dos recursos da empresa.

(009) ...ele [secretário municipal] precisava de uma indústria de tinta para fazer esse serviço [de despiche]. Eu fiz o contato com a diretoria da empresa, a gente já teve alguns **projetos sociais**, e a empresa topou fazer. ...Quando a empresa entende que aquele projeto é viável, às vezes não é viável financeiramente, mas ele é viável por imagem. Tem coisas que as pessoas apresentam para a gente que **não agraga à nossa imagem** devido ao público que ele vai atingir. Para a gente **alguns públicos não são interessantes**. (Representante Empresa de Tintas e Produtos Químicos)

A interdiscursividade relacionada à doação de recursos para a limpeza urbana se faz presente no discurso acerca da ação social, veiculada por meio do patrocínio às intervenções no espaço urbano. Pela mensagem de segregação de possíveis parceiros e declaração de interesses de promoção da imagem da empresa são expressos os discursos do consumo e do marketing social, que se sobrepõe ao da ação social. O que sobressai dessa integração entre a prefeitura e o setor empresarial, mais do que o percurso semântico da ação social pública ou responsabilidade social empresarial, são fatores políticos e econômicos, em que se promove o governo e a gestão da cidade. Igualmente, a empresa patrocinadora formula a vinculação da sua marca perante a sociedade, que pensa contribuir com uma causa de cunho social. O fragmento (010) sugere uma percepção mais crítica em relação aos arranjos configurados para a organização da cidade.

(010) A prefeitura como qualquer órgão público democrático tinha que fazer **assembleias**, uma discussão diretamente com os envolvidos, com **pichador**, com **grafiteiro**, com **policia**, com o **ministério público**, para saber realmente qual é o impacto não só visual de que o picho tem para cidade. ...Geralmente a prefeitura chega até você quando ela **já está com tudo armado**, isso é prejudicial para todo mundo. ...Se a gente não partir para o **diálogo** para saber realmente quem está **mais incomodado** e quais são as partes **mais afetadas**. (Aluno Centro Universitário e Ex-pichador).

O fragmento (010) marca a ausência de uma discussão acerca da pichação e deixa explícito a necessidade da consecução de uma *assembleia popular*. A interdiscursividade ligada às relações de poder está presente entre os diferentes grupos sociais que se conectam pela prática na cidade (*pichador, grafiteiro, polícia, ministério público, prefeitura, sociedade*) e a forma de atuação da prefeitura, conforme a seleção lexical *já está com tudo armado*. Também há uma mensagem ideológica na sugestão de que existem indivíduos ou grupos *mais incomodados* e *mais afetados* que outros em relação à pichação, apontando para um discurso que defende a necessidade de *diálogo* sobre o tema e contrapondo o discurso hegemônico sobre a criminalidade da pichação e o respeito ao espaço público, determinado verticalmente pela municipalidade.

No exposto, uma gestão horizontal é infame, feita de articulações tendenciosas, que almejam conferir uma reorganização das relações de produção (LEFEBVRE, 2008), além de agentes legitimadores das orientações visuais pretendidas para o espaço urbano (CANCLINI, 2002). A ideia de construção conjunta e gestão pública se resume a um formato de cooperação, pelas vias de projetos sociais, em que os agentes apenas contribuem na execução das ações previamente estabelecidas junto aos atores institucionais. Conforme sustentam Fischer *et al.* (1997b), ação social e cooperação são compromissos da cidade estratégica, assim como os discursos de valorização da participação social. Os recursos ora empenhados e ora omitidos reforçam a noção de que as práticas organizativas de controle pressupõem um regulamento para a cidade (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009), e as práticas organizativas de resistência, segundo Britto-Jacques (2009) emanam dos inúmeros conflitos e contradições sociais. Discuto a seguir como a pichação pode se configurar em resistência e ressignificação e, assim, como prática organizativa da cidade.

Picho, um “movimento”?

As percepções e concepções compartilhadas sobre a pichação evidenciam assimilações sociourbanas a partir da prática e das interações por ela permitidas aos pichadores e seus representantes, consciente ou inconscientemente. Destaco nesse tópico alguns elementos que cercam sua essência e apontam iniciativas que orientam um movimento alternativo conexo à pichação em Belo Horizonte, cujo cerne revela aspectos característicos da composição coletiva entre os pichadores, suas interações com outros agentes sociurbanos, além de interpretações concernentes à sociedade e ao governo municipal.

Os relatos permitiram a constatação de interações que permeiam diferentes coletivos, entre os quais, pichadores, grafiteiros e *rappers* do movimento *Hip Hop* e pesquisadores. Os discursos de resistência por meio da pichação são conferidos por quem a entende como um meio de manifestação política, dentre outras percepções. A prática, assim, se torna uma ferramenta de oposição às políticas públicas que estabelecem formas de segregação da cidade, fortalecem a desigualdade social e desconsideram as interações existentes. Do mesmo modo, contrapõe a sociedade e as normatizações aceitas pelos grupos dominantes.

(011) Isso é uma ferramenta que a gente tem de cutucar o **sistema**, de fazer eles olharem pra nós. É igual o **Duelo, a resistência**, tem que ser assim. Ah, **não gosta não? Ela vai existir, ela não vai parar não.** (Representante Pichação e Grafiteiro)

(012) Picho é a **forma menos agressiva e menos violenta de reivindicar o que a gente quer e o quê que é a cidade**. É a **chaga** da cidade, o quê que o picho representa pra gente, fraga. (Representante Pichação, Grafiteiro e Rapper)

O fragmento discursivo (011) indica a figura do *Duelo de MC's, um coletivo ligado ao movimento Hip Hop em Belo Horizonte*, como agente de *resistência* contra o *sistema*; e a *pichação* uma ferramenta capaz de tencionar conflitos e despertar a atenção do poder público para os anseios políticos e culturais dos diversos grupos urbanos (implícito pressuposto). A seleção lexical *ela vai existir, ela não vai parar não* reafirma a vivência da *pichação* enquanto manifestação sociourbana, que, independente dos sentimentos por ela provocados (*gostar ou não*). De acordo com o texto (012) a *pichação* é a *forma menos agressiva e menos violenta de reivindicar o que é a cidade*. Ao interpretá-la como uma *chaga*, subentende-se que o enunciador também evoca seu sentido de dano e prejuízo à cidade, em seus aspectos abstratos ou concretos.

O sentido político da *pichação* é expresso no fragmento discursivo (013), que também a assimila como *forma de identidade juvenil, liberdade de expressão e ocupação da cidade*. O percurso semântico empregado por meio dessas temáticas aponta para o discurso de pertencimento, uma vez que o jovem não se beneficia de tudo que é feito na cidade e a *pichação* se torna um meio de apropriação individual (*dele também*). O implícito subentendido é de que a cidade (suas *ações, intervenções, os prédios, centros culturais e tudo* a materialidade presente no espaço urbano) não é pensada e organizada para todos. Interdiscursivamente, a *pichação* denota a relação de mudança alternativa e necessária ao pertencimento de quem se sente excluído do contexto urbano e por meio dela encontra *uma forma de expressão de poder*.

(013) A *pichação* é uma **forma de identidade juvenil** e ela é assimilada por determinados jovens, como uma **liberdade de expressão, de ocupação da cidade** que é dele também. Na visão dele, ele não sente beneficiado com todas as **ações** que acontecem na cidade, com as **intervenções, os prédios, centros culturais e tudo** e aí eu acho que a *pichação* veio um pouco para reformar isso sabe assim, **uma forma de expressão de eu posso.** (Aluno UNIBH e Ex-pichador)

O aspecto político também é evidenciado sobre o mote de *responsabilização, valores e ética* dos pichadores, conforme os fragmentos discursivos (014) e (015).

(014) O pichador ele tem uma coisa da **responsabilidade**, né, assim como ele se **apropria** daquele **espaço**, ele se **apropria** daquele **nome** e aquele nome o **representa**. Eles têm uma coisa, assim, os **valores** deles, as coisas do **movimento** deles, é muito importante e é **natural**. Talvez por isso eu tô dizendo que, tem uma **forçação do respeito** por parte da **prefeitura**, mas a **ética, ela é uma questão pro picho.** (Pesquisadora Pichação)

(015) Não tô nem falando assim, “ah, pichador não comete crime”. Tô falando que assim, **se você comete um crime, cê paga pelo crime, se você faz o picho, cê paga por ele**, sabe. ...Porque **nem os pichadores não querem deixar de pagar pelo que eles fazem**. O que eles questionam é assim: tem que ser **saco de pancada mesmo?** E tem que ir pra cadeia? (Pesquisadora Pichação)

O texto (014) emprega a estratégia discursiva da *ética do picho* para evidenciar que há *responsabilidade e valores* por aqueles que praticam a *pichação*. Os modos de *apropriação* do

espaço e de um nome de representação refletem a lógica dos pichadores e a *natureza do movimento do picho*, pela qual se difere e se contrapõe à lógica do programa da *prefeitura* (implícito subentendido), em que se constata um equívoco (*forçação*) na representação da palavra *respeito*. O mesmo enunciador, no discurso (015), evidencia sua concordância acerca da *criminalidade da pichação* e a *disposição dos pichadores em responder juridicamente* pelo *crime cometido*. A responsabilização pela prática remete ao percurso semântico da ética do picho, compartilhada por aqueles que participam do movimento, que, de outro modo, resiste aos abusos e distorções acometidos pelas ações de combate à pichação. Esses aspectos são expressos pela metonímia *ser saco de pancada*, que conota o abuso empregado pelas autoridades policiais sobre os pichadores, e pela menção implícita à *prisão* dos “piores de belô”, grupo dos pichadores mais atuantes em BH, detidos em 2008 pelo crime de formação de quadrilha por meio da operação policial BH Limpa e do programa MRpBH.

As interpretações discursivas indicam oposição explícita e implícita às ações do programa da prefeitura, à conduta policial e ao pensamento dominante sobre a pichação e os pichadores. Ao indicar a força política do picho, os entrevistados tentam expressar sua capacidade de resistência ao modelo de governo e organização da cidade, se posicionando como agentes sociais e urbanos e, indiretamente, exprimindo um apelo por reconhecimento individual e coletivo. A organização de um grupo que expressa um sentido ético particular se faz por esses objetivos e pelo oposição à violência e estigmatização dos pichadores pelo governo, justiça e sociedade. A refração dos sentidos socialmente aceitos segundo os referenciais daqueles que seguem e defendem a lógica da pichação também é apreendida e parece não expressar deferência aos valores e posicionamentos dos demais agentes sociourbanos, provocando reproduções de alguns dilemas sociais e deslocamentos de estigmatizações.

Considerações

As análises e discussões engendradas referenciam temáticas complexas e antagônicas, das quais muito se pode refletir e, talvez, pouco responder ou concluir. Analisar os discursos que orientam práticas organizativas acerca da pichação em Belo Horizonte se tornou mais uma indicação de fenômenos e conflitos sociourbanos, construídos histórica e culturalmente e tão inflamados hodiernamente, assim como uma provocação de debates relacionados às ações públicas, equívocos e precipitações sociais. De outro ângulo, também se faz alarmante de reproduções e deslocamentos, uma vez que, assim como são constatadas ressignificações sociourbanas, também se verificam tipificações estigmatizantes e segregacionistas entre quem pertence ou não às práticas organizativas na cidade. Ainda, a compreensão da existência de uma ética particular tende a aprofundar moralismos ou introduzir novos preconceitos na sociedade, já tão contaminada por dilemas e conflitos sociais.

Exponho tais percepções com base no que fora analisado discursivamente, apreendido e vivenciado junto aos sujeitos de pesquisa, que, em alguns momentos, fizeram imposições maniqueístas diante de um contexto emblemático e paradoxal, como se simplesmente houvesse um lado a defender e outro a combater, dos quais apreso que há muito para se aprender. Não me deixo escapar, no entanto, de algumas considerações teóricas e aplicadas sobre os discursos que orientam práticas organizativas, pelos quais o presente estudo evidencia modos de organização na e da cidade que não apenas apontam para os instrumentos e as técnicas de planejamento urbano empregados no âmbito da administração pública. Pelo que fora apreendido também se emolduram diferentes configurações entre indivíduos e grupos que vivenciam a cidade, pelos quais as interações sociourbanas remontam novas práticas de organização, capazes de ressignificação da dinâmica que orienta a cidade por mecanismos governamentais, mas vão além disso com subjetivações que emanam das relações de poder, hegemônico ou de resistência.

No que concerne o combate à pichação, os discursos evidenciam práticas de planejamento, controle, organização, representação e recuperação da cidade, como se uma única visão da cidade e seus cidadãos precisasse ser formalmente ordenada e articulada por estratégias gerenciais (MARICATO, 2002). Tal visão chega a ser compartilhada ou reproduzida pela sociedade, muito embora às mesmas práticas organizativas se integrem interesses e objetivos, divergentes e convergentes, pelos quais a cidade, como assevera Magnani (1996) e Pesavento (2007), se torna o que de fato ela é, receptáculo de múltiplas visões e, ainda, espaço significado, edificado continuamente pela sua população (SARAIVA; CARRIERI, 2012). O pluralismo, então, é o que engatilha as práticas de resistência e ressignificação, que, todavia, em relação à pichação na cidade, pouco avançam em configurações efetivamente múltiplas e seguem reproduzindo individualismos coletivos.

A cidade, como espaço de muitos lugares, individualidades e coletividades, decorre de práticas organizativas cujos simbolismos permeiam estratégias para mostra em uma vitrine global (SANTOS, 2001; SÁNCHEZ, 2001; LEFEBVRE, 2008). Assim, aspectos locais e globais são tencionados a partir dos planos de governo e, no caso da capital mineira, como discutido por Raichelis (2006) e Carrieri, Maranhão e Murta (2009), também segue sob controle de representações sociourbanas e reinvenções subversivas ao ordenamento planejado. Os discursos e a legitimidade de organização da cidade são conferidos pelas leituras institucionalizadas, baseadas, principalmente, no legalismo constituído pelos programas de governo, por onde imperam os estatutos, códigos de conduta e demais instrumentos e modelos dimanantes de um gerencialismo público. A politização relacionada aos aspectos urbanos é aclamada entre vozes coletivas e evocam para a dinâmica urbana, além de posicionamentos críticos, escapes subversivos.

Destarte, o presente estudo, implica um novo olhar sobre a *urbe* na análise organizacional e emoldura conexões interdisciplinares, assim como contribui com o conhecimento da dinâmica urbana ligada à pichação. O saber acerca das interconexões existentes nessa dinâmica revelam subsídios para um novo pensar e agir sobre a *urbe*, o qual se faz mais crítico e reflexivo diante de significações e transformações sociourbanas. Pesquisas relacionadas às temáticas aqui referenciadas podem se aprofundar no exame de identidades urbanas; na análise organizacional dos grupos de pichação, combinada à observação das ressignificações e invenções de novas tipificações, e, ainda, investigar os efeitos das práticas organizativas sobre a dinâmica e o espaço urbano.

Referências

- BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologia*, Porto Alegre, a. 5, n. 9, p. 314-339, jan./jun., 2003.
- BERNARDI, J. L. *Funções sociais da cidade*: conceitos e instrumentos. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 337-350, maio/ago. 2009.
- CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, maio. 2002.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

- COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do Soul. *Gestão & Regionalidade*, [online], v. 29, n. 86, mai./ago. 2013.
- DUARTE, F. Rastros de um rio urbano: cidade comunicada, cidade percebida. *Ambiente & Sociedade*, [online], v. 9, n. 2, p. 105-122, dez. 2006.
- FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: _____. (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997a. p. 13-23.
- _____, et al. A Cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais. In: CALDAS, Miguel P.; MOTTA, Fernando C. Prestes (Orgs.) *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997b. p. 254-269.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, cidade, v. 35, n. 3, p. 20–29, jun. 1995.
- GONZÁLES REY, F. L. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomsin Learning, 2005.
- IVO, A. B. L. Cidade – mídia e arte de rua. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 107-122, jan./abr. 2007.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.
- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40 n. 3, Rio de Janeiro, mai/jun, 2006.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LINSTEAD, S. A.; GRAFTON-SMALL, R. Organizational bricolage. In: TURNER, B. A. (Org.). *Organizational Symbolism*. New York: De Gruyter, 1990. p. 291-309.
- MAC-ALLISTER, M. S. *Organização-cidade*: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- _____. A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 11, Edição Especial, p. 171-181. 2004.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUESP, 1996. p. 12-53.
- MAINGUENEAU, D. BARBOSA, M. V.; LIMA, M. E. A. T. *Termos-chave da análise do discurso*. 2 reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MARICATO, E. As ideais fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *Cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PAES DE PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública*: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11–23, jan./jun. 2007.
- RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, São Paulo, v. 69, p. 13-48, 2006.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARAIVA, L. A. S. *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local*: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) –

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____ ; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, abr. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E PATRIMONIAL. *Relatório Movimento Respeito por BH: quem somos*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, 2013.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.

TURETA, C.; ARAÚJO, B. F. V. Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 20, n. 64, p. 111-129, jan./mar. 2013.

WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o Estado na pesquisa urbana recente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 51-58, jan./abr. 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

¹ A noção de práticas organizativas exposta constitui discussão desenvolvida a partir da leitura de aproximadamente oitenta textos, indicados para disciplina que discute a cidade como objeto dos estudos organizacionais, cuja ementa propôs debates e reflexões sobre aspectos teóricos relacionados à cidade, seus atores e instrumentos de organização do espaço urbano, os quais envolvem dimensões sociais, históricas, políticas, culturais e econômicas. Devido à limitação de espaço foram referenciados os principais estudos explorados a partir de novas discussões que decorrem de textos clássicos e interdisciplinares.